

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Olhar para todos os Açorianos ou olhar apenas para alguns?

E se apenas se olhar para alguns, porque são eles os escolhidos?

São estas as questões mal respondidas. As que fizeram correr muita tinta nos jornais e que ocuparam muito espaço audiovisual. Foram elas que levaram os Açores à maior cobertura mediática dos últimos anos. Dias e dias a fio, num processo que ainda aguarda o desfecho completo.

É por isso que aqui estamos.

Aqui, onde sabemos que todos os Açorianos vivem numa situação de desfavor em relação a quem não vive nestas nove ilhas dispersas e afastadas de territórios continentais. Aqui, onde sabemos que todos os Açorianos viveram no passado recente um período bastante mais negativo do que anteriormente. Aqui, onde sabemos que todos os Açorianos se preparam para viver o próximo ano de 2011 numa situação mais desfavorável do que a já penalizante situação que vivem actualmente.

A quem governa cabe, pois, adoptar soluções que compensem o que de negativo existe, ou que de alguns factos resulta, para a vida das pessoas. Seja por questões de natureza estrutural, seja por motivos marcadamente conjunturais.

A quem governa cabe fazer escolhas. Muito especialmente quando o momento não permite a todos acudir. Essas escolhas são opções de natureza política. Diferentes e preconizadas por diferentes partidos. São a base do debate e da democracia. Os eleitores ajuízam-nas no tempo devido.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Julgamos ser consensual concluir que os Açorianos vão ser afectados por um apertado programa de austeridade, que se tornou obrigatório implementar depois de falta de prudência na gestão das contas públicas portuguesas. Não falemos de responsáveis, para não abalar o consenso.

Todos os Açorianos vão ser afectados. Não apenas alguns.

Foi por assim pensar que o PSD não aceitou uma medida que aligeira os problemas de apenas 3,700 Açorianos. Ainda para mais, não sendo sequer os que vivem em situação mais débil. Muito longe disso.

Foi por esse motivo que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra o artigo 7º da proposta de Decreto Legislativo Regional que agora se encontra neste Plenário para segunda deliberação.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada “remuneração compensatória” porque é uma medida injusta. Profundamente injusta. Atinge apenas cerca de 3.700 trabalhadores da Administração Regional, deixando de fora os trabalhadores de outros níveis da administração pública e os trabalhadores açorianos em geral.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada “remuneração compensatória” porque é uma medida discriminatória. Pretende manter o nível salarial apenas a um grupo limitado de trabalhadores, esquecendo todos os outros.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada “remuneração compensatória” porque é uma medida que afronta quem auferir baixos rendimentos, quem verdadeiramente precisa de um apoio adicional nos tempos muito difíceis que se vão seguir.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada “remuneração compensatória” e apresentou, em simultâneo, uma proposta. A de que o IRS fosse reduzido em 30%, até ao quarto escalão, de acordo com o que se encontra previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas desde 1998, no domínio da adaptação do sistema fiscal nacional à Região.

Uma medida sem equívocos, que aliás tem sido anualmente apresentada pelo PSD em sede de debate orçamental.

Com a proposta do PSD, seriam beneficiadas, por igual, as famílias açorianas. Por outro lado, num momento de crise da economia açoriana, seria dado um contributo para aumentar o rendimento disponível das famílias, estimulando o consumo e dinamizando a economia regional.

Seria uma medida justa, de legalidade inquestionável. Uma medida que não escolheria beneficiários a dedo, que não trataria de uns sem salvaguardar os interesses de outros.

A essa proposta, o Partido Socialista ofereceu a sua rejeição, na linha do que por norma acontece quando o PSD é o autor das propostas.

O Partido Socialista rejeitou beneficiar todos, para premiar apenas alguns.

O PSD não prescindiu de favorecer todos. E não concordou em satisfazer apenas alguns.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada “remuneração compensatória”. Por ser uma medida que se constitui como factor de criação de desigualdades, colocando Açorianos contra Açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A injustiça da medida proposta pelo governo é claríssima. Já ninguém tem dúvidas, estamos certos. Nem o próprio Governo Regional, que desistiu de tentar provar o contrário.

Apercebendo-se da péssima opção que tinha proposto, Carlos César preferiu não reconhecer o logro que tinha criado. Podia ter tido uma atitude equilibrada, aceitando o mau alcance da medida que preconizara. Rejeitou esse comportamento e partiu para uma luta sem nexos, sem sentido.

Colocou a questão no campo da defesa da Autonomia. Como se a justiça de uma medida pudesse ser aferida em função da capacidade para a tomar.

Carlos César enganou os Açorianos. Apenas tentou defender-se a si próprio. Acabou a penalizar os Açores.

Quanto mais o Presidente do Governo Regional foi associando as questões autonómicas à sua medida, notoriamente injusta e fortemente discriminatória, mais indefensável se foi tornando a sua própria posição. Mais grave, porém, é o facto de assim ter também introduzido novos elementos de fragilização da Autonomia Açoriana.

As críticas sempre se destinaram, não à Autonomia, mas sim a Carlos César.

Em situação de desespero, César tentou arrastar aliados de ocasião. Tentou instrumentalizar a Autonomia, em particular esta Assembleia, seu primeiro órgão, envolvendo-a na peleja que ele próprio criou.

Mas a Autonomia não é pertença de ninguém. Tem de ser respeitada sem quaisquer concessões ou abusos. Não pode ser uma arma brandida na defesa de interesses partidários, nem muito menos de interesses pessoais.

O PSD é seguramente o partido para quem nunca existiram quaisquer pruridos nas questões autonómicas. Por muito que muitos não gostem, o PSD será sempre reconhecido como o partido da Autonomia.

É ao PSD que se deve a fundação da Autonomia. É ao PSD que se deve a tenacidade na tarefa de construção do edifício autonómico.

O PSD esteve sempre do lado em que a Autonomia e os seus símbolos se afirmaram. Nunca rejeitou o seu voto favorável quando estavam em causa os seus valores. Nunca se esquivou. Nunca fugiu às suas responsabilidades. Ao contrário de outros, esteve sempre nas salas em que a Autonomia ganhou amplitude e maturidade.

É por isso que o PSD não necessita de se colar à Autonomia, como fazem alguns recentemente chegados à causa. O PSD está-lhe indissociavelmente ligado.

Alguns, outrora, desvalorizaram-na. Outros, até a negaram. Andam agora mais próximos. Alguns são mesmo recém-chegados, mas fazem-no justamente num momento em que a Autonomia é indevidamente convocada. Chegam quando o que está em causa não é a Autonomia, mas sim a injustiça de uma medida que coloca pessoas contra pessoas.

Colocar Açorianos contra Açorianos, como decorre do desajeitado artigo 7º que o Governo Regional engendrou, é justamente a antítese da defesa da Autonomia.

Carlos César entrou, por isso, numa atitude de mera agitação política. Utilizou os interesses autonómicos numa luta partidária, e essencialmente pessoal. Iniciou um caminho perigosíssimo. Deu o flanco para que possam começar a ser questionadas muitas das conquistas alcançadas no plano autonómico desde 1976.

O património autonómico, que tanto custou a construir, não pode ficar à mercê de projectos ou interesses de uma pessoa ou de um grupo de pessoas.

As críticas que têm sido feitas ao Presidente do Governo Regional assentam apenas na injustiça da sua medida. Não constituem qualquer ataque à Autonomia. E Carlos César, obviamente, não se confunde com Autonomia.

Nestas últimas semanas, o Presidente do Governo já deu demasiadas oportunidades aos centralistas. Já abriu alas a muitas desconfianças de Lisboa. Atraiu críticas à Autonomia e prestou um péssimo serviço aos Açores.

Não, não se trata mesmo de uma questão de Autonomia. Trata-se, apenas, da injustiça de uma medida. Injustiça que perdurará enquanto a medida se mantiver.

O PSD, definitivamente, não cede à instrumentalização da Autonomia e dos seus órgãos. Não admite que sejam prejudicados os Açores e os Açorianos, pela subjugação dos valores da Autonomia a meros exercícios de afirmação pessoal.

Da nossa parte, mantemos a coerência. Mas mais do que isso. Mantemos a convicção de que a política só serve os cidadãos quando se baseia em inalienáveis critérios de justiça. É desse modo que promovemos a defesa dos Açores e da sua Autonomia.

O PSD irá, por isso, manter o seu voto. Contra o artigo 7º, pela flagrante injustiça que lhe está subjacente. Contra o Orçamento para 2011, pela incapacidade nele patente de promover a melhoria da qualidade de vida dos Açorianos e pela falta de soluções que possam trazer novamente os Açores aos caminhos do desenvolvimento.

Queremos estar ao lado de todos os Açorianos. Não apenas de alguns.

É assim que queremos continuar.

A bem da Autonomia, ao lado da qual sempre estivemos.

Sem contrapartidas. Sem equívocos. Com a convicção de quem acha que a indignação dos Açorianos para com esta medida discriminatória é a indignação da razão.

Disse